



ALFA LEILÕES
Especialista em Imóveis

4ª VARA CÍVEL - FORO DE CAMPINAS

EDITAL DE HASTA PÚBLICA (1ª e 2ª praça) da nua propriedade do bem imóvel abaixo descrito, para conhecimento de eventuais interessados e para intimação dos executados: **CLÁUDIO LUIZ FABRI (CPF/MF Nº 181.750.478-95)** e **KÁTIA ALVARENGA FABRI (CPF/MF Nº 276.247.828-63)**, bem como da coproprietária **SARA PIETROBOM MOURA (CPF/MF Nº 005.860.511-80)** e da Usufrutuária: **IVONE REGINA PIETROBOM (CPF/MF Nº 900.278.418-04)**, bem como dos credores: **FRANCIELI RIBEIRO ALVES (CPF/MF Nº 921.186.661-87)**, **ERICK FERNANDES GONCALVES (CPF/MF Nº 996.154.521-49)**, **MARCELL RODRIGUES LOPES (CPF/MF Nº 958.970.971-00)**, **ESTADO DE MINAS GERAIS (CNPJ/MF Nº 18.715.615/0001-60)**, **CARLOS CUNHA LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA – ME (CNPJ/MF Nº 01.734.950/0001-02)**, **UNIÃO FEDERAL - FAZENDA NACIONAL (CNPJ/MF Nº 00.394.460/0216-53)**, **WANDERLEI JOSE DA SILVA (CPF/MF Nº 902.432.421-15)**, **MAICON RODRIGUES SANTANA (CPF/MF Nº 349.786.438-21)**, **EREC BARION (CPF/MF Nº 301.733.508-95)**, **AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO) (CNPJ/MF Nº 02.313.673/0002-08)**.

O MM. Juiz de Direito Dr. Fabio Varlese Hillal, da 4ª Vara Cível – Foro de Campinas, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que, por este Juízo, processam-se os autos da Ação de Produção Antecipada de Provas em Fase de Cumprimento de Sentença, ajuizada por **WONDERS GALLERIA – CONDOMÍNIO 3 (CNPJ/MF Nº 16.795.993/0001-75)** em face de **CLÁUDIO LUIZ FABRI (CPF/MF Nº 181.750.478-95)** e **KÁTIA ALVARENGA FABRI (CPF/MF Nº 276.247.828-63)**, nos autos do **Processo nº 0021503-94.2021.8.26.0114** (Processo Principal nº 1002964-28.2020.8.26.0428), e foi designada a venda da nua propriedade do bem descrito abaixo, nos termos dos artigos 246 a 280 dos Provimentos nº 50/1989 e 30/2013 da Corregedoria Geral de Justiça/SP que disciplina a Alienação em Leilão Judicial, assim como os artigos 879 a 903 do CPC, e de acordo com as regras expostas a seguir:

01 - IMÓVEL - Localização do Imóvel: Avenida José Paulino, nº 1.505 e 1.509, Jardim de Itapoan, Paulínia/SP, CEP: 13140-256 - **Descrição do Imóvel:** Um prédio residencial e comercial com área construída de 459,22m² e 297,50 m² de área total de terreno, anteriormente descrito como Um prédio residencial e comercial nº 1.505 e 1.509 da Avenida José Paulinho, com área construída de 343,70m² (sendo 187,70m² de área residencial e 156,00m² de área comercial) com construído sobre o lote 03 da quadra 4 do loteamento denominado Parque Irmãos Pedroso, localizado no Município de Paulínia, comarca de Campinas/SP e 4ª Circunscrição Imobiliária, com a seguinte descrição: mede 10,00 metros de frente para a mencionada avenida; igual medida no fundo, da frente aos fundos de um lado mede 29,50 metros, de outro lado mede 30,00 metros, confrontando com os lotes nº 4, 2 e 6, encerrando a área de 297,50m².

			Dados do Imóvel	
Inscrição Municipal nº			905155613015100	
Matrícula Imobiliária nº			29.744	4º Cartório de Registro de Imóveis de Campinas/sp
Ônus				
Registro	Data	Ato	Processo/Origem	Beneficiário / Observações
Av. 01	03/02/2015	Usufruto	-	Ivoneti Regina Pietrobom
Av. 02	03/02/2015	Arrolamento	-	Secretaria da Fazenda Superintendência da Receita – Delegacia Regional de Fiscalização de Goiânia



Av. 11	23/06/2016	Indisponibilidade	Proc. nº 0000115-20.2012.5.18.0181	Francieli Ribeiro Alves
Av. 12	06/07/2016	Indisponibilidade	Proc. nº 0000112-65.2012.5.18.0181	Erick Fernandes Goncalves
Av. 13	14/12/2016	Indisponibilidade	Proc. nº 0000093-73.2010.5.18.0102	Marcell Rodrigues Lopes
Av. 14	20/12/2016	Indisponibilidade	Proc. nº 2600836-58.2012.8.13.0024	Estado de Minas Gerais
Av. 16	11/05/2017	Penhora	Proc. nº 0025771-15.2008.8.26.0320	Carlos Cunha Locadora de Veículos LTDA - ME
Av. 17	13/06/2017	Indisponibilidade	Proc. nº 0000093-73.2010.5.18.0102	Marcell Rodrigues Lopes
Av. 18	07/12/2018	Indisponibilidade	Proc. nº 0001234-25.2014.4.03.6105	União Federal – Fazenda Nacional
Av. 19	26/12/2018	Indisponibilidade	Proc. nº 0010543-41.2012.4.03.6105	União Federal – Fazenda Nacional
Av. 20	13/05/2019	Indisponibilidade	Proc. nº 0006748-56.2014.4.03.6105	União Federal – Fazenda Nacional
Av. 21	28/05/2019	Indisponibilidade	Proc. nº 0007646-40.2012.4.03.6105	União Federal – Fazenda Nacional
Av. 22	29/05/2019	Indisponibilidade	Proc. nº 0002320-91.2013.5.18.0082	Wanderlei Jose da Silva
Av. 23	06/02/2020	Indisponibilidade	Proc. nº 0010643-67.2014.5.15.0039	Maicon Rodrigues Santana e Erec Barion
Av. 24	03/07/2020	Indisponibilidade	Proc. nº 0005787-18.2014.4.03.6105	União Federal – Fazenda Nacional
Av. 25	14/10/2020	Indisponibilidade	Proc. nº 0014296-69.2013.4.03.6105	União Federal – Fazenda Nacional
Av. 26	19/05/2022	Penhora	Proc. nº 0001619-55.2010.4.01.3813	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Agência Nacional do Petróleo)
Av. 27	26/09/2022	Indisponibilidade	Proc. nº 0000655-31.2015.5.21.0003	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Agência Nacional do Petróleo)
Av. 28	27/12/2022	Penhora Exequenda	Proc. nº 0021503-94.2021.8.26.0114	Wonders Galleria – Condomínio 3

OBS: O imóvel possui área construída de 459,22m² e 297,50 m² de área total de terreno (Certidão de Valor Venal). Eventuais regularizações cadastrais/registrais serão de responsabilidade do Arrematante.

Valor de Avaliação do imóvel: R\$ 2.100.000,00 (Jun/2023 – Avaliação às Fls. 136 – Homologação às Fls. 148).

Valor de avaliação atualizado: R\$ 2.102.514,00 (Out/2023). O valor de avaliação será atualizado à época das praças através do índice do E. TJ/SP.

Débitos Tributários: R\$ 1.476,06 (Out/2023) referente aos débitos não inscritos na Dívida Ativa. Os débitos tributários são sub-rogados no valor da arrematação (artigo 130, Código Tributário Nacional).

Débito Exequendo: R\$ 1.566,38 (Nov/2021 – Fls. 40).

02 - A 1ª praça terá início em 15 de dezembro de 2023, às 15 horas, e se encerrará no dia 18 de dezembro de 2023, às 15 horas. Não havendo lance igual ou superior à avaliação nos 3 (três) dias subsequentes ao início da 1ª Praça, a **2ª Praça seguir-se-á sem interrupção, iniciando-se em 18 de**



dezembro de 2023, às 15 horas, e se encerrará em 24 de janeiro de 2024, às 15 horas. Será considerado arrematante aquele que ofertar o maior lance, **sendo que serão aceitos lances iguais ou superiores** a 55% do valor da avaliação (artigo 891, parágrafo único do CPC e artigos 261 e 262 dos Provimentos nº 50/1989 e 30/2013 da Corregedoria Geral de Justiça/SP). Caso não haja propostas para pagamento à vista, serão admitidas propostas de arrematação parcelada exclusivamente eletrônicas pelo sítio eletrônico da gestora (www.alfaleiloes.com), sendo necessário sinal não inferior a 25% do valor da proposta e o restante em até 30 parcelas mensais e iguais. O saldo devedor (parcelado) sofrerá correção mensal pelo índice do E. TJ/SP e será garantido por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. Havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado, em diferentes condições, será declarada vencedora a proposta mais vantajosa, assim compreendida, de maior valor; ou em propostas de iguais condições, será declarada vencedora a proposta formulada em primeiro lugar (artigo 891, parágrafo único, artigo 895, §§ 1º ao 8º do CPC).

03 - O leilão será realizado pelo Leiloeiro Público Oficial, Davi Borges de Aquino, matriculado na Junta Comercial de São Paulo sob nº 1.070, através da plataforma Alfa Leilões - Especialista em Imóveis (www.alfaleiloes.com). Todas as regras e condições aplicáveis estão disponíveis no Portal <http://www.alfaleiloes.com> (artigos 12 e 13 da Resolução nº 236/2016, CNJ).

04 - Havendo mais de um pretendente e em igualdade de oferta, o devedor ou respectivo cônjuge, companheiro, dependentes, descendente ou ascendente do executado e coproprietários, terão preferência na aquisição dos bens, nessa ordem (artigos 892, § 2º e 843, § 1º CPC).

05 - Se o exequente arrematar os bens e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão, à custa do exequente (artigo 892, §1º, CPC).

06 - Tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem (artigo 843, CPC).

07 - O preço do bem arrematado deverá ser depositado através de guia de depósito judicial do Banco do Brasil gerada no <https://portaldecustas.tjsp.jus.br/portaltjsp/login.jsp>, respectivamente, no prazo de até 24 horas da realização do leilão. Em até 3 horas após o encerramento do Leilão, cada Arrematante receberá um e-mail com instruções para depósito (artigo 884, IV e artigo 892 do CPC).

08 - O Arrematante deverá pagar a título de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o preço de arrematação do bem. Tal valor será devido pelo Arrematante ainda que haja a desistência da arrematação, assim como será devido pelo exequente nos casos de adjudicação do bem e pelo executado nos casos de acordo e remição, conforme Condições de Venda e Pagamento do leilão, e deverá ser paga mediante DOC, TED ou depósito em dinheiro, no prazo de até 01 (um) dia útil a contar do encerramento do leilão, na conta bancária do Leiloeiro Oficial: Davi Borges de Aquino, a ser indicada ao interessado após a Arrematação (artigo 884, parágrafo único do CPC, artigo 7º, §§ 3º e 7º da resolução nº 236 do CNJ e artigo 24, parágrafo único do Decreto nº 21.981/32).

09 - Em hipótese alguma será permitida a desistência da arrematação. No caso de não pagamento do valor do bem arrematado, e da comissão devida à do leiloeiro no prazo estipulado, pode configurar fraude em leilão (artigo 358 do Código Penal). Neste caso, o participante responderá civil e criminalmente, ficando ainda obrigado a pagar a comissão de 5% (cinco por cento) do lance ofertado



em favor do leiloeiro oficial, a título de multa. Fica nesta hipótese autorizado o leiloeiro a receber e aprovar os lances imediatamente anteriores, desde que obedecidos os limites e regras estabelecidas no presente edital.

10 - O bem será vendido no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas (artigo 18 da Resolução nº 236/2016, CNJ). Para obtenção de descrição detalhada do imóvel, fica o Leiloeiro ou funcionário por este indicado, autorizado a diligenciar até o local do bem para vistoria e realização de fotos, acompanhado ou não de interessados (artigo 7º do Provimento CSM nº 1625/2009). Eventuais despesas relativas à desmontagem, remoção, transporte e transferência patrimonial dos bens arrematados correrão por conta exclusiva do Arrematante (artigo 29 da Resolução nº 236/2016, CNJ).

11 - O Arrematante arcará com eventuais débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, os quais ficam sub-rogados no preço da arrematação.

12 - Havendo pluralidade de credores ou exequentes, os créditos que recaem sobre o bem, inclusive os de natureza *propter rem*, sub-rogam-se sobre o respectivo preço (artigo 908, §1º, do CPC).

13 - O Leilão prosseguirá no dia útil imediato, até o mesmo horário previsto no Item 02, independentemente de novo Edital, se for ultrapassado o horário de expediente forense. Nesse mesmo período, havendo instabilidades técnicas ou motivos que prejudiquem o encerramento do Leilão conforme previsto no Item 02, a Praça poderá ser prorrogada pelo prazo necessário para garantir igualdade de condições aos licitantes. No período de 24 horas posteriores ao término da praça poderão ser recebidas ofertas na modalidade de “Repasse”, nos termos do Item 02 (artigo 900 do CPC).

14 - A alienação será formalizada por termo nos autos, com a assinatura do juiz, do exequente, do adquirente e, se estiver presente, do executado, ocasião em que a será expedida a carta de alienação e o mandado de imissão na posse, quando se tratar de bem imóvel e a ordem de entrega ao adquirente, quando se tratar de bem móvel (artigo 880, CPC). Os referidos documentos serão expedidos depois de efetuado o depósito ou prestadas as garantias pelo Arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (artigo 901, § 1º, CPC).

15 - Por uma questão de celeridade, economia e efetividade processual, restando negativo o leilão, já fica o mesmo Leiloeiro autorizado a prosseguir com a venda por intermédio de Alienação Particular (Provimento CSM nº 1496/2008), estabelecendo-se um prazo de 90 dias. Nesta ocasião, havendo propostas de compra do correspondente ativo, estas obedecerão estritamente aos termos do Item 02 deste Edital.

16 - DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS: Pessoalmente perante o Ofício onde estiver tramitando a ação, ou no escritório do leiloeiro, localizado na Avenida Paulista, nº 2421, 1º Andar - Bela Vista - CEP 01.311-300 - São Paulo – SP, endereço eletrônico contato@alfaleiloes.com, telefone (11) 3230-1126 e Celular/WhatsApp (11) 93207-1308. A participação neste Leilão Eletrônico deve ser feita pelo sítio eletrônico da Alfa Leilões, no seguinte endereço: www.alfaleiloes.com.



ALFA LEILÕES
Especialista em Imóveis

17 - A publicação deste edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos (artigo 889, Parágrafo Único, CPC). Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei.

São Paulo, 31 de outubro de 2023.

Eu, _____, escrevente, digitei.

Eu, _____, Escrivão(ã) – Diretor(a), subscrevi.

DR. FABIO VARLESE HILLAL
JUIZ DE DIREITO